



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Continuar a reforçar a construção do regime dos funcionários públicos para elevar o seu moral e otimizar a eficácia da governação

A equipa de funcionários públicos é uma força importante na acção governativa do Governo, pois são eles que assumem a responsabilidade de manter o funcionamento normal dos serviços, de promover a concretização das políticas e de construir um governo proactivo. O Governo precisa de formar uma equipa de funcionários públicos activa com cultura de servidor público, mas, ao mesmo tempo, deve reconhecer o seu esforço e empenho. Nos últimos anos, o Governo tem vindo a aprofundar a reforma da administração pública revendo vários diplomas, nomeadamente, o “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”, o “Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau” (ETAPM), as “Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia” e, recentemente, o Regulamento Administrativo sobre o “Regime Geral da Instalação e Estrutura Orgânica dos Serviços e Entidades Públicas”, sendo este último um diploma de “antídoto certo” com orientações das respectivas funções para resolver os problemas existentes, tais como o empolamento da estrutura administrativa e a falta de clareza das competências. No entanto, segundo muitos trabalhadores da linha da frente, na prática, existe ainda uma certa discrepância entre as reformas concretizadas e as expectativas dos funcionários públicos.

Segundo alguns destes, sob o regime de quotas e a reorganização das funções, alguns serviços não conseguem suprir as necessidades de pessoal devido à aposentação ou desvinculação. Após a alteração do ETAPM aumentou-se a mobilidade horizontal do pessoal, no entanto, devido às grandes diferenças de especialização entre os diferentes postos de trabalho e à impossibilidade de recrutamento, continua a ser difícil a mobilidade entre secretarias e serviços públicos,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

o que resulta numa distribuição desequilibrada do volume de trabalho. Em alguns serviços públicos, os adjuntos-técnicos (índice 260) assumem, a longo prazo, as funções dos técnicos (índice 350) e os técnicos têm de assumir as funções dos técnicos superiores (índice 430). Isso acontece devido à falta de lugares no quadro de pessoal e à falta de mobilidade entre carreiras, dificultando o acesso destes trabalhadores a carreiras superiores que correspondam ao seu conteúdo funcional, o que, a longo prazo, vai, sem dúvida, enfraquecer o ânimo desse pessoal.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:

1. O funcionamento eficaz do sistema de administração pública é indissociável do moral e da força axial de toda a equipa de funcionários públicos. Um bom desenvolvimento da carreira profissional e regime de promoção são pontos-chave. Nos últimos anos, o Governo concluiu a articulação entre assistentes técnicos administrativos e adjuntos-técnicos. Será que vai estudar a criação de um mecanismo de articulação entre adjuntos-técnicos, técnicos e técnicos superiores, por exemplo reservando vagas para concursos internos, para aqueles que possuam habilitação académica, obedeçam às exigências de classificação das respectivas carreiras, etc., para concretizar a promoção entre carreiras na mobilidade interna?

2. Segundo os funcionários públicos, sob o regime de controlo do limite do número de trabalhadores, muitos serviços públicos deixaram, há já muito tempo, de abrir concursos de recrutamento; e alguns serviços públicos não conseguiram, durante muito tempo, suprir a insuficiência dos seus recursos humanos decorrentes da aposentação e desligação do pessoal, nem mobilizar recursos humanos de outros serviços, o que resulta no aumento da pressão de trabalho e na acumulação de funções a longo prazo. O Governo vai otimizar o nível de execução do referido regime, permitindo que os serviços públicos com reais necessidades procedam ao recrutamento, para suprir a falta de recursos humanos?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. Para melhor implementar o ETAPM revisto e aumentar as oportunidades de mobilidade horizontal do pessoal, vai o SAFP criar uma plataforma para a articulação entre os serviços e os trabalhadores interessados na mobilidade, para que ambas as partes possam registar as suas necessidades na referida plataforma, facilitando assim a mobilidade horizontal e a redistribuição dos trabalhadores?

13 de Novembro de 2025

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Wong Kit Cheng**